

Eólica Lanchinha  
S.A.

**Demonstrações financeiras em  
30 de junho de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Prof. Othon Gama D'êça, 677 -  
Salas 603, 604 e 605 - Centro - Ed. The Office  
88015-240 - Florianópolis/SC - Brasil  
Caixa Postal 1420  
88010-970 - Florianópolis/SC - Brasil  
Telefone +55 (48) 3205-5300, Fax +55 (48) 3205-5301  
www.kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da  
Eólica Lanchinha S.A.  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Lanchinha S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Eólica Lanchinha S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de doze meses findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2.1 às demonstrações financeiras, que descreve a base contábil dessas demonstrações financeiras, elaboradas para auxiliar a Eólica Lanchinha S.A. (“Companhia”) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES na apuração dos resultados financeiros e das cláusulas restritivas (Covenants) em 30 de junho de 2018. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

## Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 30 de junho de 2017 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de doze meses findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, consequentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 31 de agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes  
CRC SC-000071/F-8



Claudio Henrique Damasceno Reis  
Contador CRC SC-024494/O-1

## Eólica Lanchinha S.A.

### Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017 (não auditado)	Passivo	Nota	2018	2017 (não auditado)
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	232	8.740	Fornecedores	10	2.938	1.725
Contas a receber	5	5.123	4.075	Empréstimos e financiamentos	8	11.409	5.594
Impostos a compensar		583	86	Debêntures	9	12.460	1.908
Despesas pagas antecipadamente	6	396	-	Dividendos a pagar		101	152
Partes relacionadas	19	5.300	-	Impostos diferidos		-	506
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>11.634</b>	<b>12.901</b>	Obrigações tributárias	11	523	4.411
				Provisão para passivo ambiental		-	76
				Partes relacionadas	19	229	312
				Outras contas a pagar		122	-
<b>Não circulante</b>				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>27.782</b>	<b>14.684</b>
Fundos vinculados	4	8.362	3.474				
Contas a receber	5	1.915	-	<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	7	128.672	133.064	Empréstimos e financiamentos	8	61.081	71.246
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>138.949</b>	<b>136.538</b>	Debêntures	9	-	10.576
				Partes relacionadas	19	301	-
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>61.382</b>	<b>81.822</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	12		
				Capital social		56.633	47.720
				Reservas de lucros		6.390	6.731
				Prejuízos acumulados		(1.604)	(1.518)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>61.419</b>	<b>52.933</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>150.583</b>	<b>149.439</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>150.583</b>	<b>149.439</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Eólica Lanchinha S.A.

## Demonstrações de resultados

Períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017 (não auditado)
<b>Receita operacional líquida</b>	14	<b>20.785</b>	<b>17.020</b>
Custo operacionais	15	(6.213)	(4.571)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>14.572</b>	<b>12.449</b>
Despesas gerais e administrativas	16	(3.396)	(1.069)
<b>Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas</b>		<b>11.176</b>	<b>11.380</b>
Receitas financeiras	17	410	1.563
Despesas financeiras	17	(12.165)	(12.789)
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>(11.755)</b>	<b>(11.226)</b>
<b>Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(579)</b>	<b>154</b>
Imposto de renda	13	(231)	(2.158)
Contribuição social	13	(123)	(785)
Imposto de renda diferido		372	1.522
Contribuição social diferido		134	548
<b>Resultado do período</b>		<b>(427)</b>	<b>(719)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Eólica Lanchinha S.A.****Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

*(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros		
<b>Saldos em 01 de julho de 2016 (não auditado)</b>	<b>46.644</b>	<b>312</b>	<b>5.930</b>	<b>(158)</b>	<b>52.728</b>
Aumento do Capital Social	1.076	-	-	-	1.076
Prejuízo do período	-	-	-	(719)	(719)
Dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	(152)	(152)
Destinação para reserva legal em 31 de dezembro de 2016	-	32	-	(32)	-
Destinação para reservas de retenção em 31 dezembro de 2016	-	-	457	(457)	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2017 (não auditado)</b>	<b>47.720</b>	<b>344</b>	<b>6.387</b>	<b>(1.518)</b>	<b>52.933</b>
Aumento do Capital Social	8.913	-	-	-	8.913
Prejuízo do período	-	-	-	(427)	(427)
Absorção de prejuízo em 31 de dezembro de 2017	-	-	(341)	341	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2018</b>	<b>56.633</b>	<b>344</b>	<b>6.046</b>	<b>(1.604)</b>	<b>61.419</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Eólica Lanchinha S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<b>2018</b>	<b>2017</b> (não auditado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado antes dos tributos	(579)	154
Juros sobre financiamentos	7.085	5.874
Juros Debentures	1.264	6.230
Depreciação	4.402	2.651
<b>Varição nos ativos e passivos</b>		
(Aumento) redução em tributos compensáveis	(497)	217
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(396)	-
(Aumento) redução em contas a receber	(2.963)	(760)
Aumento (redução) em fornecedores	1.213	9.988
Aumento (redução) em partes relacionadas	(5.082)	242
Aumento (redução) em provisão para passivo ambiental	(76)	76
Aumento (redução) em dividendos a pagar	(51)	(489)
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(3.888)	679
Aumento (redução) em outras contas a pagar	122	-
<b>Caixa líquido originado pelas atividades operacionais</b>	<b>554</b>	<b>24.862</b>
Pagamento de IR e CS	(354)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		
Aplicação em fundos vinculados	(4.888)	(1.599)
Aquisição imobilizado	(10)	(29.247)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(5.252)</b>	<b>(30.846)</b>
<b>Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento</b>		
Pagamento de empréstimos	(11.435)	(7.529)
Pagamento de debêntures	(1.288)	(6.209)
Integralização de capital	8.913	1.565
<b>Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento</b>	<b>(3.810)</b>	<b>(12.173)</b>
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.508)</b>	<b>(18.157)</b>
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	8.740	26.897
No fim do período	232	8.740
<b>Aumento do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(8.508)</b>	<b>(18.157)</b>

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Contexto operacional**

#### **Constituição e capacidade produtiva**

A Eólica Lanchinha S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de setembro de 2011, com sede na cidade de Lagoa Nova, estado de Rio Grande do Norte. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento Lanchinha, incluindo a implantação e montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia eólica situadas no município de Tenente Laurentino Cruz, no Estado do Rio Grande do Norte, constituída de quatorze unidades geradoras de 2 MW<sup>1</sup>, totalizando 28 MW<sup>1</sup> de capacidade instalada.

A Companhia iniciou suas operações comerciais e geração de energia em 20 fevereiro de 2016.

#### **Autorização**

A autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 30 (trinta) anos contados a partir da publicação da Resolução, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL e a pedido da autorizada. A resolução, bem como a data de sua emissão é:

<b>Central geradora eólica</b>	<b>Portaria ANEEL</b>	<b>Data da publicação</b>
Lanchinha	266	30/04/2012

#### **Capital circulante líquido**

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresenta passivo circulante em excesso ao ativo circulante nas demonstrações financeiras no montante de R\$ 16.148. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pela Companhia ou, se necessário, por meio de aportes financeiros dos acionistas controladores.

### **2 Base de preparação**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Essas demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações necessárias da apuração dos resultados financeiros e das cláusulas restritivas (covenants) em 30 de junho de 2018, pela Companhia e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Consequentemente, a demonstração financeira não pode servir para outras finalidades.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de agosto de 2018.

---

<sup>1</sup> As informações de MW não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

## **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

Não há julgamentos críticos e incertezas referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

## **2.4 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelas aplicações financeiras e fundos vinculados que estão a valor justo.

# **3 Principais práticas contábeis**

## **a. Instrumentos financeiros**

### **(i) Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos, os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e os benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou um passivo individual.

Os ativos ou os passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: empréstimos e recebíveis.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e os recebíveis da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

A Companhia têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

**(iii) Mudanças a partir de 1º de janeiro de 2018**

O CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

A Companhia adotou o CPC 48 com aplicação inicial a partir de 1º de janeiro de 2018, aproveitando a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas. Eventuais diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC 48 seriam reconhecidas nos lucros acumulados, quando aplicável.

- **Classificação - Ativos e passivos financeiros**

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na contabilização dos ativos e passivos financeiros da Companhia entre os períodos aos quais se referem estas demonstrações financeiras. Abaixo, seguem os saldos no momento da adoção inicial ao pronunciamento:

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
<b>Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>		
Caixa e equivalentes de caixa:		
Caixa e depósitos bancários à vista	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
<b>Total de ativos financeiros</b>		
<b>Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)</b>		
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Custo amortizado
Fornecedores	Outros passivos	Custo amortizado
<b>Total de passivos financeiros</b>		

## **b. Imobilizado**

### **(i) Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

### **(ii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. A seguir, segue a estimativa de vida útil do imobilizado:

Edificações, obras civis e benfeitorias	25 anos
---	---------

## **c. Redução ao valor recuperável (impairment)**

### **(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou o atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que esta não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou o emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e os recebíveis significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

**d. Imposto de renda e contribuição social correntes**

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

***Lucro presumido***

Calculado com base na presunção de lucro sobre a receita bruta, nas alíquotas de 8% para geração de energia. Sobre a presunção de lucros, aplica-se as mesmas alíquotas do lucro real, sendo elas: 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 (Base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

**e. Receita operacional**

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para o Grupo, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A Companhia possui um único contrato, na modalidade de Energia de Reserva, celebrado com a CCEE, o qual possui as seguintes características:

- Contabilização e liquidação exclusivamente no mercado de curto prazo da CCEE;
- Contratos firmados entre os agentes vendedores nos leilões e a CCEE;
- Recebimento de receita fixa com base no contratado, independente de sua geração;
- Liquidação do excedente do limite superior (30% da energia contratada) ou inferior (10% da energia contratada) no exercício subsequente.

**f. Receitas e despesas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e juros ativos decorrente de direitos da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e custos de empréstimo e debêntures que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

**g. Normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2019**

*IFRS 16 Leases (Arrendamentos)*

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

**4 Caixa, equivalentes de caixa e fundos vinculados**

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017 (não auditado)</b>
Bancos	17	272
Aplicações financeiras (a)	215	8.468
	<b>232</b>	<b>8.740</b>

(a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários e Compromissadas de Terceiros, junto ao Santander, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, com taxa de 99% CDI referente as aplicações do Santander.

**b. Fundos Vinculados**

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017 (não auditado)</b>
Garantia serviço da dívida BNDES	3.177	2.195
Centralizadora	2.338	1.279
Reserva especial	2.157	-
Garantia O&M	690	-
	<b>8.362</b>	<b>3.474</b>

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Reserva da Dívida e Reserva de O&M), em que é exigido pelo Banco financiador que sejam mantidas três parcelas atualizadas referentes ao valor da última amortização e ¼ do valor anual a pagar referente aos contratos de Operação e Manutenção.

Adicionalmente, a Companhia mantém contas de pagamento das Debêntures de titularidade das SPEs em que são transferidos mensalmente na proporção de 1/6 (um sexto) da próxima prestação devida aos Debenturistas.

Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante.

## **5 Contas a receber de clientes**

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u> <u>(não auditado)</u>
Câmara Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	7.038	4.075
Circulante	5.123	4.075
Não circulante	1.915	-

Todos os títulos em aberto em 30/06/2018 estão classificados como a vencer.

O montante de R\$ 1.915 classificado como não circulante refere-se aos montantes de energia geradas a maior no primeiro quadriênio que serão liquidadas no próximo exercício, conforme regras estabelecidas no Contrato de Venda de Energia celebrado com a CCEE.

## **6 Despesas antecipadas**

	<u>30/06/2018</u>
Seguros a apropriar	106
Fianças bancárias (a)	290
<b>Total</b>	<b>396</b>

- (a) As fianças bancárias são tomadas junto a instituições financeiras como garantias às obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas perante o BNDES.



## 7 Imobilizado

### Composição do imobilizado:

	30/06/2018			30/06/2017
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido (não auditado)
Edificações, obras civis e benfeitorias	137.524	(8.852)	128.672	133.064

### Movimentação do imobilizado:

	Saldo em 01/07/2017 (não auditado)	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo em 30/06/2018
	Edificações, obras civis e benfeitorias				133.064

  

	Saldo em 01/06/2017 (não auditado)	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo em 30/06/2017 (não auditado)
	Edificações, obras civis e benfeitorias				106.468
Imobilizado em andamento (a)	-	26.865	(26.865)	-	-
<b>Total</b>	<b>106.468</b>	<b>29.247</b>	<b>-</b>	<b>(2.651)</b>	<b>133.064</b>

(a) Os montantes registrados nessa conta referem-se a equipamentos das estruturas eólicas.

## 8 Financiamentos

	Taxa de juros	Vencimentos	30/06/2018	30/06/2017 (não auditado)
Financiamentos (a)	2,65% a.a. + TJLP	15/06/2032	72.490	76.840
Circulante			11.409	5.594
Não circulante			61.081	71.246

(a) A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária neste contrato denominado de financiamento mediante abertura de crédito.

<b>Saldo em 30 de junho de 2017 (não auditado)</b>	<b>76.840</b>
Juros incorridos	7.085
Amortização de principal e juros	(11.435)
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>72.490</b>

### ***Covenants e garantias***

O financiamento com o BNDES tem como garantia a totalidade das ações da Companhia e/ou a alienação fiduciária de equipamentos e/ou a cessão fiduciária dos direitos creditórios (recebíveis) da concessão e/ou carta fiança, calculada sobre o saldo devedor do financiamento.

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, como segue:

- Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim;
- Constituir em favor do BNDES, e manter até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes do contrato, “Conta Reserva” de acordo com as condições contratuais acordadas, sendo que a movimentação da “Conta Reserva” só poderá ser realizada com autorização por escrito do BNDES;
- Não constituir, sem prévia autorização do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos creditórios dados em garantia;
- Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas e nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do, a não ser a emissão de debêntures previstas no contrato (exclusivamente para BNDES);
- Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art.202 da Lei 6.404/76.

Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, apurado anualmente, igual a superior a 1,3 vezes, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

## **9 Debêntures**

Em 01 de julho de 2014 a Diretoria Executiva autorizou a emissão pública de debêntures em série única de 89.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória, no valor total de R\$ 89.000, com distribuição pública com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, e das demais disposições e regulamentares aplicáveis. O prazo de vencimento foi de 48 meses, contadas da sua emissão e observadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e amortizações extraordinárias facultativas.

Os juros remuneratórios serão pagos pela emissora, em única parcela na data de vencimento, a taxa incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures é de CDI + 2,40% ao ano, base 252 dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis” por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou da última data de pagamento dos juros remuneratórios. O Valor Nominal Unitário será atualizado pela variação acumulada das taxas médias diárias da Taxa DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, até a integral liquidação das mesmas. A amortização ocorrerá em uma parcela na data de vencimento.

As garantias reais das debêntures são o contrato de penhor das ações, representado pela totalidade do capital social da Companhia em posse do Acionista Echoenergia Participações S.A., também são garantidas por cessão fiduciária de todos e quaisquer direitos creditórios decorrentes dos Contratos de Energia de Reserva - CER nº 128/10.

A Companhia efetuou o pagamento antecipado das debêntures em 29 de agosto de 2018, por isso o saldo foi reclassificado, em sua totalidade, para o passivo circulante.

	<b>Encargos</b>	<b>Vencimento</b>	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017 (não auditado)</b>
1ª série (única)	CDI + 2,40%	Outubro de 2030	<b>12.460</b>	<b>12.484</b>
Circulante			12.460	1.908
Não circulante			-	10.576

A movimentação das debêntures ocorreu da seguinte forma:

<b>Saldo em 30 de junho de 2016 (não auditado)</b>	<b>12.498</b>
Amortização de principal e juros	(1.922)
Juros incorporados a dívida	1.908
<b>Saldo em 30 de junho de 2017 (não auditado)</b>	<b>12.484</b>
Juros incorporados a dívida	1.264
Amortização de principal e juros	(1.288)
<b>Saldo em 30 de junho de 2018</b>	<b>12.460</b>

## 10 Fornecedores

Fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de suas atividades, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O saldo em 30 de junho de 2018 é de R\$ 2.938 (R\$1.725 em 30 de junho de 2017, não auditado).

## 11 Obrigações tributárias

Obrigações tributárias são saldos a pagar no âmbito federal, estadual e municipal.

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017 (não auditado)</b>
IRPJ e CSLL a pagar	-	3.651
PIS	25	1
COFINS	95	15
Outros impostos a pagar	403	744
<b>Total circulante</b>	<b>523</b>	<b>4.411</b>

## 12 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 56.633 em 30 de junho de 2018 (R\$ 47.720 em 30 de junho de 2017, não auditado) e está representado por 56.633 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Durante o período de doze meses findo em 30 de junho de 2018 foi integralizado ao capital social o montante de R\$8.913.

### b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. O exercício social da Companhia encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, portanto, nessas demonstrações financeiras do período de doze meses findo em 30 de junho, não será efetuada distribuição de dividendos.

### c. Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O exercício social da Companhia encerra-se no dia 31 de dezembro de cada ano, portanto, nessas demonstrações financeiras do período de doze meses findo em 30 de junho, não serão efetuadas as destinações para reserva legal.

### d. Reserva de retenção

O saldo da reserva de retenção de lucros, refere-se aos lucros acumulados de exercícios anteriores, os quais estão à disposição da Assembleia para futuras destinações.

### e. Lucros (prejuízos) acumulados

O saldo referente aos lucros (prejuízos) acumulados, ao final do exercício de 2018, será destinado conforme o estatuto social da Companhia e nos termos da Lei 6.404/76.

## 13 Imposto de renda e contribuição social

### Conciliação da alíquota de imposto efetiva

	30/06/2018		30/06/2017 (não auditado)	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receitas de operações com energia elétrica	21.430	21.430	17.599	17.599
Alíquota de presunção	8%	12%	8%	12%
Lucro presumido	1.714	2.572	1.408	1.408
Demais receitas	(791)	(1.200)	7.224	3.444
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
<b>Corrente</b>	<b>(231)</b>	<b>(123)</b>	<b>(2.158)</b>	<b>(785)</b>

## 14 Receita operacional líquida

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u> <u>(não auditado)</u>
<b>Receita bruta</b>	<b>21.430</b>	<b>17.599</b>
Energia elétrica - Geração própria	21.430	17;599
<b>Deduções da receita</b>	<b>(645)</b>	<b>(579)</b>
PIS sobre faturamento	(115)	(101)
COFINS sobre faturamento	(530)	(478)
<b>Total</b>	<b><u>20.785</u></b>	<b><u>17.020</u></b>

## 15 Custos de geração

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u> <u>(não auditado)</u>
Depreciação	(4.402)	(2.651)
Compra de energia	(409)	(1.481)
Encargos de transmissão e conexão	(299)	-
Despesa com manutenção	(312)	(100)
Serviços de terceiros	(132)	(53)
Arrendamentos e aluguéis	(344)	(286)
Seguros	(136)	-
Taxa de fiscalização ANEEL	(30)	-
Compartilhamento de custos	(146)	-
Outros	(3)	-
	<u>(6.213)</u>	<u>(4.571)</u>

## 16 Despesas gerais

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u> <u>(não auditado)</u>
Serviços prestados por pessoa jurídica	(2.222)	(680)
Taxas e Emolumentos	(8)	-
Tributos	(201)	(172)
Despesas com cartório	(102)	(38)
Despesas legais, judiciais e publicações	(363)	(42)
Serviços e assessoria	(95)	(90)
Compartilhamento de despesas	(283)	-
Auditoria externa	(103)	(24)
Outras	(19)	(23)
<b>Total</b>	<b><u>(3.396)</u></b>	<b><u>(1.069)</u></b>

## 17 Resultado financeiro

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u> <u>(não auditado)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeira	403	1.562
Outras receitas	<u>7</u>	<u>1</u>
	<b><u>410</u></b>	<b><u>1.563</u></b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas com juros BNDES	(7.085)	(9.472)
Despesas com juros Debentures	(1.264)	(1.908)
Comissão Fiança	(3.013)	-
Outras despesas financeiras	(627)	(724)
Juros fornecedores	(115)	(9)
Multas	(23)	(676)
Tarifa	<u>(38)</u>	<u>-</u>
	<b><u>(12.165)</u></b>	<b><u>(12.789)</u></b>
<b>Total</b>	<b><u>(11.755)</u></b>	<b><u>(11.226)</u></b>

## 18 Contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

A movimentação abaixo apresenta as causas possíveis de perda e não há causas prováveis até o momento que devem ser reconhecidas no resultado da Companhia.

### Movimentação dos processos judiciais possíveis

	<b>Trabalhista</b>	<b>Tributárias</b>	<b>Total</b>
<b>Em 30 de junho de 2017 (não auditado)</b>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Adições	596	1.263	1.859
Baixas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Em 30 de junho de 2018</b>	<b><u>596</u></b>	<b><u>1.263</u></b>	<b><u>1.859</u></b>

## 19 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos, passivos e resultado em 30 de junho de 2018, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	<b>30/06/2018</b>	<b>30/06/2017 (não auditado)</b>
<b>Ativo</b>		
Eólica Seridó S.A. (b)	5.300	-
<b>Total</b>	<b>5.300</b>	<b>-</b>
 <b>Passivo</b>		
Echoenergia Participações S.A. (a)	229	232
Eólica Lagoa Nova S.A.	301	-
Serras Holding S.A.	-	80
<b>Total</b>	<b>530</b>	<b>312</b>
 <b>Resultado</b>		
Compartilhamento de custos (a)	(146)	-
Compartilhamento de despesas (a)	(283)	-
<b>Total</b>	<b>(429)</b>	<b>-</b>

- (a) A Companhia possui despesas, custos e contas a pagar referente a compartilhamento de despesas e custos entre as empresas do Grupo Echoenergia Participações.
- (b) No dia 24 de agosto de 2018, conforme nota explicativa nº 22, a Companhia recebeu o montante de R\$5.300 da Eólica Seridó S.A.

### Remuneração dos administradores

Nos períodos de doze meses findos em 30 de junho de 2018 e 2017, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora Echoenergia Participações S.A.

## 20 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

### (i) Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais.

**(ii) Risco de crédito**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

**(iii) Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia não possui em 30 de junho de 2018 exposições financeiras atreladas à moeda estrangeira.

**(iv) Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

## **21 Instrumentos financeiros**

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

**a. Valor justo dos instrumentos financeiros**

	<u>30/06/2018</u>		<u>30/06/2017</u> (não auditado)	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixas e equivalentes de caixa	232	232	8.740	8.740
Fundos vinculados	8.362	8.362	3.474	3.474
Contas a receber	7.038	7.038	4.075	4.075
Fornecedores	2.938	2.938	1.725	1.725
Debêntures	12.460	12.460	12.484	12.484
Financiamentos	72.490	72.490	76.840	76.840
<b>Total</b>	<b>103.520</b>	<b>103.520</b>	<b>107.338</b>	<b>107.338</b>



## b. Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto de acordos de compensação:

30/06/2018	<b>Fluxos de caixa contratuais</b>				
	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 a 2 anos</b>	<b>Entre 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
Fornecedores	2.935	2.935	-	-	-
Debêntures	12.460	12.460	-	-	-
Financiamentos	72.490	11.409	22.818	38.263	-
<b>Total</b>	<b>87.885</b>	<b>26.804</b>	<b>22.818</b>	<b>38.263</b>	<b>-</b>
30/06/2017 (não auditado)	<b>Valor contábil</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>Entre 1 a 2 anos</b>	<b>Entre 2 a 5 anos</b>	<b>Mais que 5 anos</b>
Fornecedores	1.725	1.725	-	-	-
Debêntures	12.484	1.908	3.816	6.760	-
Financiamentos	76.840	5.594	11.188	22.376	37.682
<b>Total</b>	<b>91.049</b>	<b>9.227</b>	<b>15.004</b>	<b>29.136</b>	<b>37.682</b>

## c. Instrumentos financeiros por categoria

	<b>30/06/2018</b>		<b>30/06/2017 (não auditado)</b>	
	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>	<b>Custo amortizado</b>	<b>Valor justo por meio do resultado</b>
<b>Ativos financeiros:</b>				
Caixas e equivalentes de caixa	17	215	272	8.468
Fundos vinculados	-	8.362	-	3.474
Contas a receber	7.038	-	4.075	-
<b>Passivos financeiros:</b>				
Fornecedores	2.935	-	1.725	-
Debêntures	-	-	12.484	-
Financiamentos	72.490	-	76.840	-

## d. Análise de sensibilidade

A Companhia, para fins de referência, nos termos do CPC 040, preparou uma análise de sensibilidade dos empréstimos e financiamentos, das debêntures e das aplicações financeiras expostos a riscos da variação de taxas de juros e índices flutuantes.

O cenário-base provável para de 30 de junho de 2018 definido por meio destas expectativas disponíveis no mercado (Fonte: Relatórios Focus do Banco Central do Brasil):

Variação das taxas de juros e índices	Variação 30/06/2018	Cenário provável 30/06/2019	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices					
TJLP *	6,9%	6,56%	0,34 p.p.	1,6 p.p.	3,3 p.p.
CDI **	6,5%	8,0%	1,5 p.p.	2,0 p.p.	4,00 p.p.
Risco de redução das taxas de juros e índices					
CDI **	6,5%	8,0%	1,5 p.p.	2,0 p.p.	4,00 p.p.

\* Taxa de juros de longo prazo

\*\* Certificado de depósito interbancário

Risco de aumento (passivo)	Índice	30/06/2018	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos	TJLP	72.490	4.755	5.944	7.133
Debêntures	CDI	12.460	997	1.246	1.495
Total		<b>84.950</b>	<b>5.752</b>	<b>7.190</b>	<b>8.628</b>
Risco de redução (ativo)					
Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<b>8.577</b>	<b>686</b>	<b>858</b>	<b>1.029</b>

## 22 Eventos subsequentes

### a) Pagamento de debentures

No dia 29 de agosto de 2018 ocorreu o resgate antecipado total das debêntures emitidas pela Companhia que estão classificadas como passivo circulante.

### b) Liquidação dos Mútuos entre SPEs

No dia 24 de agosto de 2018 ocorreu a liquidação total dos mútuos intercompany existentes entre as SPEs, conforme a seguir:

Pagador	Recebedor	Valor
Eolica Seridó	Eolica Lanchinha S.A.	5.300

### c) Aumento de capital

No dia 27 de agosto de 2018 ocorreu o aumento de capital social na companhia, no valor de R\$ 8.634.